

# Grupos de Poupança e Crédito Rotativo em Moçambique

*Uma metodologia de financiamento rural de fácil acesso*

## 1. Introdução

Os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (PCRs) vulgarmente denominados ASCAs são formas organizativas de promoção do acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros, particularmente nas zonas rurais. A sua característica é o envolvimento da comunidade e dos seus membros na gestão das estruturas financeiras locais, uma metodologia que permite substituir as garantias formais por garantias morais. A metodologia já foi experimentada com sucesso em muitos países africanos e está a ser promovida em Moçambique desde os finais dos anos 1990. A partir do ano 2000, a Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural colabora com diferentes provedores de serviços na promoção desta metodologia, particularmente com as Associações Caixa Comunitária de Microfinanças-CCOM na províncias de Maputo, Gaza e Cabo Delgado, Agência de Desenvolvimento de Manica-ADEM e Kwaedza Simukai na província de Manica e OPHAVELA na província de Nampula. A figura 1 apresenta membro de uma Associação da CCOM no distrito da Manhíça.

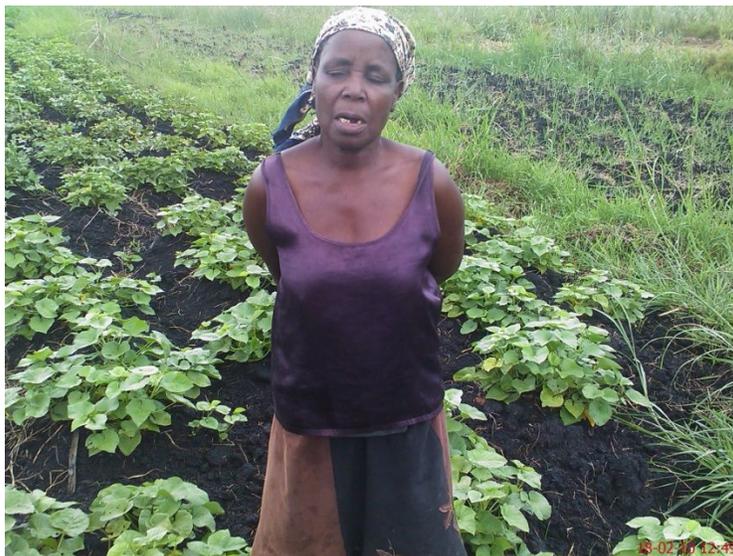


Fig.1 Cliente da Caixa Comunitária de Microfinanças

## 2. Caracterização da Metodologia de Grupos de Crédito e Poupança

**Os grupos de PCR** consistem em associações de 15 a 30 membros com o objectivo de prestar serviços financeiros entre si e podem crescer até transformar-se em associações de 300 a 1.000 membros. As poupanças depositadas regularmente junto do grupo em reuniões (semanais, quinzenais ou mensais) são a base para o crédito. Antes do início dos depósitos, os grupos são capacitados pelos provedores de serviços, definem as regras de trabalho e elegem um comité de gestão. Em cada reunião, cada pessoa deposita conforme as suas possibilidades e estes valores variam geralmente de 10 a 500 meticais. O ciclo de poupanças corresponde aos ciclos económicos da zona e varia entre 8 e 12 meses e é desta forma que os grupos urbanos têm ciclos de trabalho diferentes dos grupos rurais. Cada grupo é autónomo, tem as normas de trabalho

formalizadas no seu regulamento interno, que podem variar segundo as suas condições sócio-económicas. Quando o grupo dispõe de recursos financeiros suficientes inicia a concessão de crédito aos seus membros.

Para garantir maior rotação dos fundos entre membros, os empréstimos são de curto prazo, duram de 1 a 2 meses, com taxas de juros de 10% por mês. No fim do ciclo, as poupanças são redistribuídas pelos donos. Os juros acumulados são também distribuídos entre os sócios, em geral proporcionalmente às poupanças de cada membro. Pelo facto do cálculo ser complexo, muitas vezes repartem o valor por igual entre membros. Os grupos constituem também um ‘fundo social’ de valores muito baixos e sem juros, com vista a cobrir as despesas de funcionamento e providenciar créditos de emergência.

Os fundos são guardados numa mala de madeira, equipada de 2 fechaduras<sup>1</sup>. A mala (Fig.2 e 3) é guardada por um membro de confiança e as chaves por outras duas pessoas. Para abrir a mala são necessárias 3 pessoas, o que melhora, até certo ponto, a segurança dos depósitos.



Fig. 2 Colecta dos fundos

Fig. 3 Mala com os fundos

A formação de um grupo segue teoricamente 32 semanas obedecendo as seguintes fases:

- i. **Mobilização** (2 semanas) – Apresentação da metodologia à comunidade.
- ii. **Formação intensiva** (12 semanas) – Organização do grupo, formação em poupança e crédito, elaboração do regulamento interno do grupo, eleição do comité de gestão. Alguns operadores (Ophavela, CARE) aproveitam esta fase para introduzir temas de formação “transversais” como género, HIV-SIDA e gestão de conflitos.
- iii. **Desenvolvimento** (10 semanas) – O promotor capacita e acompanha o grupo em cada reunião no registo, controle dos créditos.
- iv. **Maturação** (8 semanas) – O promotor prepara o grupo para independência.
- v. **Independência** – o grupo é considerado como capacitado e realiza os trabalhos de forma independente.

---

<sup>1</sup> Certos operadores entregam a mala a crédito, para ser paga “quando o grupo poder”; outros cobram a mala a partida, na base de contribuições iniciais.

O levantamento realizado pela DNPDR, em parceria com o FARE, em finais de 2011, sobre a situação dos PCR no país, constatou que existem mais de **5.300** Grupos de Poupança e Crédito que envolvem mais **100.000 membros**, na sua maioria mulheres, que movimentam depósitos na ordem de **80 milhões de meticais**.

Estes grupos, estão espalhados em todas as províncias do país, abrangendo 89 distritos e 196 postos administrativos.



Fig. 4 Grupo de PCR em plena actividade

### 3. Impacto

Os resultados das entrevistas indicaram que os recursos financeiros poupados são utilizados essencialmente para desenvolvimento de negócios, melhoria das condições de habitação, aquisição de bens domésticos e de produção, cobertura de despesas correntes e outros investimentos como educação dos filhos. Nas figuras que se seguem estão ilustrados alguns exemplos de alguns membros dos PCR.



Fig. 5 Casa de um mutuário (Manica) ANTES



Fig.6 Casa do mesmo mutuário (Manica) 3 ANOS DEPOIS



Fig. 7 Pescadores em plena actividade (Sofala)



Fig.8 Melhoramento da embarcação de Pesca (Sofala)

Com estes investimentos é possível estimular a auto-estima dos membros dos grupos de poupança e crédito porque começam a acreditar que com “50,00mt” podem iniciar uma

caminhada rumo a erradicação da pobreza. Deste modo, os PCR funcionam como mecanismo de inclusão financeira pois em zonas onde não existem instituições financeiras formais, são alternativa de acesso a recursos financeiros.

#### 4. Desafios

Os maiores desafios desta metodologia são a garantia da:

- i. **Sustentabilidade dos Grupos.** Um número elevado de grupos desaparece no fim da relação com o promotor de serviços. Para remediar esta situação, muitos promotores desenvolveram a figura de “*animador comunitário*”, um activista membro de um grupo escolhido pela comunidade para dar seguimento às actividades de outros grupos.
- ii. **Evolução dos Grupos.** A partir de 2006, o modelo evoluiu para formas diferentes dependendo da actuação de cada operador que exigem a transição para uma estrutura de nível superior. Há casos de GPC que passaram da informalidade para estruturas mais organizadas, autónomas e legalizadas junto do Banco de Moçambique e apresentam a capacidade de cumprir com as regras mínimas de funcionamento de uma instituição financeira.

#### 5. Um Caso de Sucesso

*O Projecto de Crédito Descentralizado para o Sector Familiar Urbano e Rural*, financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), foi implementado pela DNPDR com o objectivo de providenciar o acesso aos serviços financeiros numa base comunitária. Depois de 8 anos de desenvolvimento do modelo de Poupança e Empréstimo Rotativo, mais de 70 associações locais foram estabelecidas em Maputo cidade e província, província de Gaza (Chókwè) e sul da província de Cabo Delgado. O modelo foi também “replicado” pela Associação Progresso no norte de Cabo Delgado formando 15 associações e pela RCRN (Rede de Caixas Rurais de Nampula) na província de Nampula com 25 associações.

Para garantir a evolução do sistema, as 70 associações criadas pelo projecto foram fundidas em instituições maiores a nível distrital, também chamadas “caixas”. As antigas associações locais tornaram-se “pontos de serviços” e os seus comités eleitos transformaram-se em “prestadores de serviço”, oficiais de crédito informais sob a responsabilidade de uma “Caixa”.

Este processo de reestruturação garantiu o surgimento de 12 Caixas Comunitárias de Microfinanças (CCOM) sediadas na cidade de Maputo e província de Maputo (Matola e Manhiça), Gaza (Chókwè e Xai-Xai), Cabo Delgado (Pemba, Montepuez, Namuno, Balama, Ancuabe e Chiure) como Organizações de Poupança e Empréstimo congregadas em União Nacional das Associações Caixa Comunitária de Microfinanças (CCOM), uma associação da

Rede CCOM devidamente reconhecida e registada no Banco de Moçambique. A gestão foi transferida para profissionais assalariados pagos pela associação.



Fig. 9 Uma Associação no início do processo (Balama)

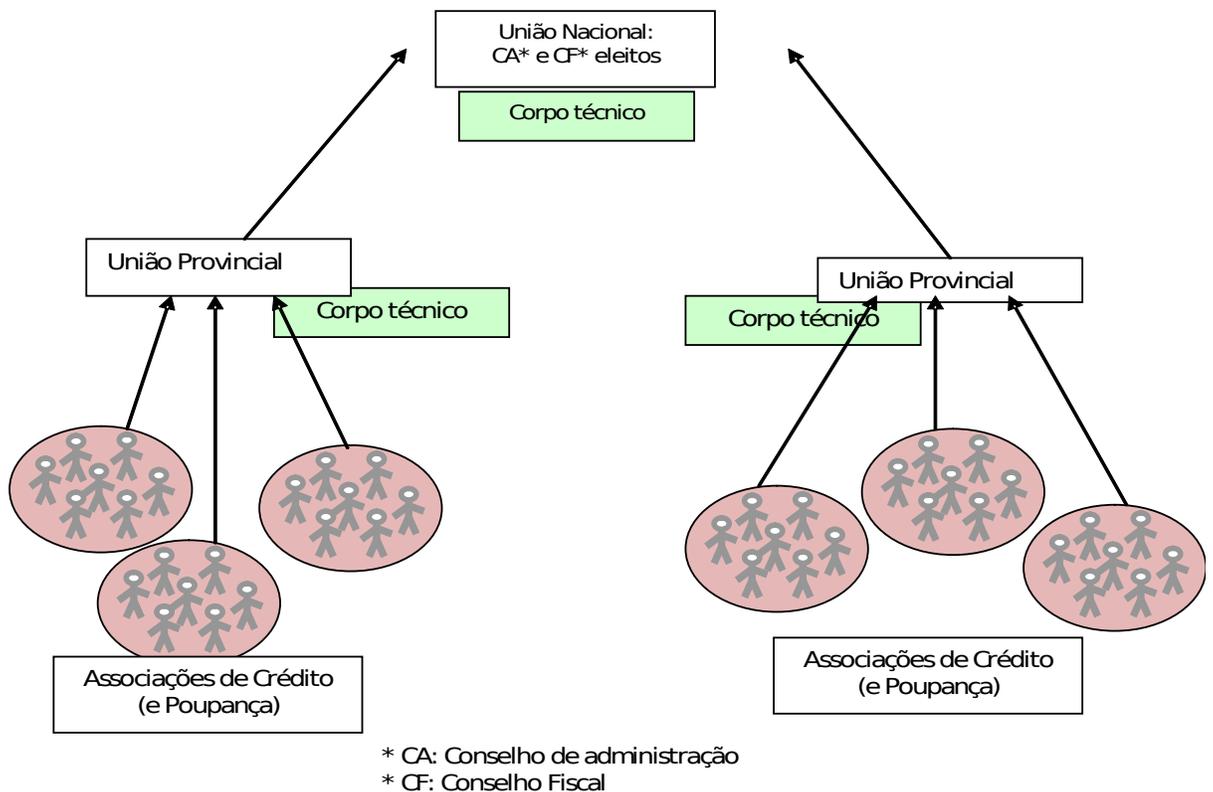


Fig. 10 Sessão de trabalho de durante a institucionalização (Montepuez)



Fig. 11 Caixa Comunitária de Microfinança da Manhiça

O funcionamento do modelo da CCOM é esquematizado da seguinte forma:



A partir de 2011 a CCOM funciona com autonomia administrativa e financeira e os últimos 3 anos (2010-2012) apresentam com seguintes indicadores de desempenho financeiro:

## Tabela de Indicadores de Desempenho Financeiro da CCOM dos últimos 3 anos

Indicadores de desempenho	2010	2011	2012
Nº clientes activos	12 405	11501	10922
Carteira de crédito (' 000 MTn)	85 437	92112	88254
Crédito médio por cliente	6 887	8009	8080
Portfolio at risk 30 days (%)	9,70%	8,6%	14%
No. de depositantes		99	97
Carteira de Depósito (' 000 MTn)		67	63
Depósito médio por cliente	0	677	645
Associações	12	12	13
Staff No.	105	195	230
Distritos de actuação	Maputo Cidade Boane, Matola, Chokwe, Montepuez, Namuno, Balama, Ancuabe, Chiure e Pemba	Maputo Cidade Boane, Matola, Chokwe, Montepuez, Namuno, Balama, Ancuabe, Chiure e Pemba	Maputo Cidade Boane, Matola, Chokwe, Xai-Xai, Montepuez, Namuno, Balama, Ancuabe, Chiure e Pemba

Fonte: AMOMIF e CCOM

Comparando com o ano 2010, último ano de apoio externo, pode observar-se que, na generalidade, os indicadores de desempenho, dos últimos 2 anos de autonomia, mantiveram-se constante, dando sinais de que a instituição está em condições de tomar o seu próprio rumo.

### 6. Lições Aprendidas

- i. O crescimento dos grupos de PCR sugere uma evolução para estruturas de nível superior possíveis de serem **legalizadas** como **Cooperativa de Poupança e Crédito** ou **Organização de Poupança e Empréstimo**, conforme a regulamentação vigente. A evolução dos grupos para organismos legais permite tornarem-se entidade jurídica capaz de estabelecer ligações com outras instituições financeiras com vista a garantir a segurança do dinheiro (os PCRs guardam em caixas em casa de um membro) e mitigar o risco de elevada liquidez no fim do ciclo e a vulnerabilidade à fraude.
- ii. O processo de transformação dos grupos em instituições financeiras é longo. Deve ser devidamente monitorado desde a organização da rede das associações, capacitação dos recursos humanos, provisão de instrumentos de gestão e culmina com a legalização da instituição e estabelecimento da autonomia institucional. Este processo durou 8 anos na CCOM.
- iii. A metodologia participativa das Associações na institucionalização da CCOM permitiu a apropriação da instituição pelos membros e foi determinante para a definição (i) do modelo institucional (**Organizações de Poupança e Empréstimo**, congregadas em

**União Nacional das Associações Caixa Comunitária de Microfinanças**), (ii) do tipo de produtos (crédito e poupança), (iii) da taxa de juro praticada quer para o crédito como para a poupança bem como para (iv) a selecção dos trabalhadores da instituição.